DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 3087/2016

PROCESSO TC/MS	: TC/2897/2015
PROTOCOLO	: 1565972
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAI
INTERESSADA	: ANELIZE ANDRADE COELHO
CARGO DA INTERESSADA	: GERENTE DE SAÚDE
TIPO DE PROCESSO	: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2014
PROCEDIMENTO LICITATORIO	: PREGÃO PRESENCIAL Nº 196/2014
OBJETO	: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS
COMPROMITENTES	: HOSPFAR IND E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA E OUTROS
VALOR ESTIMADO	: R$ 584.807,20
ÓRGÃO JULGADOR	: JUIZO SINGULAR
RELATOR	: CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

EMENTA

1ª FASE - LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – FORMALIZAÇÃO REGULAR – OBJETO – AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - ATOS REGULARES E LEGAIS - PROSSEGUIMENTO.

Versam os presentes autos sobre o exame do procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Pregão Presencial nº 196/2014 (fls. 255/305), cujo procedimento licitatório foi realizado por do seu Pregoeiro Oficial devidamente autorizado pelo Prefeito Municipal, Senhor Leandro Peres de Matos, CPF/MF nº 164.217.011-91 (fl. 241) e da formalização da Ata de Registro de Preços nº 104/2014 (fls. 3115/3142).

O procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 196/2014 foi instaurado visando a dar suporte jurídico às futuras contratações derivadas da presente Ata de Registro de Preços nº 104/2014.

A fundamentação legal invocada para dar sustentação jurídica ao presente procedimento licitatório repousa nas disposições contidas na Lei Federal nº 10520/02, subsidiada pela Lei Federal nº 8666/93, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 055/2014 e demais legislação aplicável.

O objeto do presente certame é a aquisição de medicamentos, conforme consignado na Cláusula Primeira (fl. 3115).

O prazo de vigência estabelecido na presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, conforme consignado na Cláusula Terceira (fl. 3116)

A dotação orçamentária garantidora dos dispêndios futuros está prevista na Cláusula Décima Segunda (fl. 3120), alcançando o valor de R$ 584.807,20 (quinhentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e sete reais e vinte centavos), conforme estimativa consignada no Anexo I (fl. 3125).

A análise nesta fase desta primeira fase recai sobre o exame do procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Pregão Presencial e da formalização da Ata de Registro de Preços, conforme o previsto no artigo 120, I, "a" do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

A unidade de instrução procedeu à análise dos atos praticados nesta primeira fase opinando pela regularidade e legalidade dos mesmos, consoante Análise ANA-2ª ICE-5186/2015 (fls. 3156/3161).

O douto Ministério Público de Contas adota a mesma linha de entendimento e exara o r. Parecer PAR-MPC-GAB. 5 DR JOAOMJR-3874/2016 (fls. 3180/3181), opinando pela legalidade e regularidade de todo o processado,

É a síntese do relatório.

Conclusos vieram-me os presentes autos para relatar.

Verifico que foram observadas as disposições regimentais no curso da instrução processual, nos termos do art. 112, II, "b" do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS 76/2013, razão pela qual passo ao exame do mérito.

O procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 196/2014 foi instaurado visando a dar suporte jurídico às futuras contratações derivadas da presente Ata de Registro de Preços nº 104/2014.

A fundamentação legal invocada para dar sustentação jurídica ao presente procedimento licitatório repousa nas disposições contidas na Lei Federal nº 10520/02, subsidiada pela Lei Federal nº 8666/93, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 055/2014 e demais legislação aplicável.

O objeto do presente certame é a aquisição de medicamentos, conforme consignado na Cláusula Primeira (fl. 3115).

O prazo de vigência estabelecido na presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, conforme consignado na Cláusula Terceira (fl. 3116)

A dotação orçamentária garantidora dos dispêndios futuros está prevista na Cláusula Décima Segunda (fl. 3120), alcançando o valor de R$ 584.807,20 (quinhentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e sete reais e vinte centavos), conforme estimativa consignada no Anexo I (fl. 3125).

A análise nesta fase desta primeira fase recai sobre o exame do procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Pregão Presencial e da formalização da Ata de Registro de Preços, conforme o previsto no artigo 120, I, "a" do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

O Corpo Técnico, após análise dos atos praticados, entende estarem em estrita obediência às formalidades exigidas para a seleção da melhor proposta, estando, pois, revestidos dos aspectos atinentes à legalidade e regularidade no seu processamento, recebendo o aval pela sua aprovação, nos seguintes termos (fl. 3160), *verbis*:

> Diante do exposto, concluímos pela **regularidade** e **legalidade** do procedimento licitatório **Pregão Presencial nº 196/2014** realizado pelo Município de Naviraí e da formalização da **Ata de Registro de Preços nº 104/2014** assinada pelos promitentes contratantes: **Município de Naviraí** (CNPJ Nº 03.155.934/0001-90) e as empresas **Hospfar Ind. E Com. de Prod. Hospitalares Ltda**. (CNPJ nº 26.921.908/0001-21); **Cirúrgica Paraná - distribuidora de equipamentos Ltda. – EPP** (CNPJ nº 05.746.444/0001-94); **Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.** (CNPJ nº 44.734.671/0001-51); **Centermedi - Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.** (CNPJ nº 03.652.030/0001-70); **Stock Comercial Hospitalar Ltda**. (CNPJ nº 00.995.371/0001-50); **Pollo hospitalar Ltda. – ME** (CNPJ nº 09.204.127/0001-05); **Delta Med Comércio de produtos hospitalares Ltda.** (CNPJ nº 08.835.955/0001-70); **Classmed - produtos hospitalares Ltda. – EPP** (CNPJ nº 01.328.535/0001-59); **Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda**. (CNPJ nº 67.729.178/0004-91); **Cirúrgica MS Ltda. – ME** (CNPJ nº 10.656.587/0001-45); **Dimaster - Comércio de Produtos Hospitalares Ltda**. (CNPJ nº 02.520.829/0001-40) e **Moca Comércio de Medicamentos Ltda. – EPP** (CNPJ nº 03.233.805/0001-73), nos termos do inciso I, do art. 59 da Lei Complementar nº 160 de 02/01/2012, e do inciso II do art. 121 do Regimento Interno deste Tribunal aprovado pela Resolução Normativa nº 76/2013, tendo em vista a observância dos preceitos legais que regem a matéria analisada.

Na mesma linha de entendimento o douto Ministério Publico de Contas pugna pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório em apreço, bem como da formalização da presente Ata de Registro de Preços, mediante a seguinte dicção (fls. 3181), *verbis*:

Corroborando com a análise da 2ª Inspetoria de Controle Externo, verifica-se a convergência entre os documentos apresentados e o que rege a legislação pertinente.

A par do exposto, esta Procuradoria de Contas se manifesta no seguinte sentido:

I – Pela **LEGALIDADE e REGULARIDADE do procedimento licitató- rio e da Ata de Registro de Preços nº 104/2014**, com lastro nas disposições insculpidas no artigo 120, inciso I, "A" c/c 122, II da Resolução Normativa TC/MS nº 76 de 11 de dezembro de 2013 c/c artigo 59, inciso I da Lei Complementar nº 160 de 2 de janeiro de 2012.

Acolho o posicionamento adotado pelo eminente Procurador de Contas porquanto, de fato, o procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Pregão Presencial nº 196/2014 se mostra adequado às normas legais vigentes, estando, pois, apto a dar sustentação aos contratos derivados da Ata de Registro de Preços nº 104/2014 nesta fundamentados.

Por todo o exposto, acolhendo a manifestação do Corpo Técnico e o r. Parecer do Ministério Público de Contas e, com fundamento no art. 10, II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013,

DECIDO:

1 – pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Pregão Presencial nº 196/2014, instaurado pelo Município de Navirai/MS, CNPJ/MF nº 03.155.934/0001-90, cujo procedimento licitatório foi realizado por do seu Pregoeiro Oficial devidamente autorizado pelo Prefeito Municipal, Senhor Leandro Peres de Matos, CPF/MF nº 164.217.011-91, como unidade licitante, porquanto realizado em conformidade com a legislação pertinente, nos termos do art. 59, I da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 171, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

2 – pela regularidade e legalidade da formalização da Ata de Registro de Preços nº 104/2014, firmada entre o Município de Navirai/MS, CNPJ/MF nº 03.155.934/0001-90, por sua representante, Senhora Anelize Andrade Coelho, CPF/MF nº 608.307.941-15, Gerente de Saúde, como compromitente comprador, e, de outro lado, a Empresa Hospfar Ind. E Comércio de Produtos Hospitalares Ltda., CNPJ/MF nº 26.921.908/0001-21 e demais consignatários da referida Ata de Registro de Preços ora em apreciação, como compromitentes vendedores, por atender às disposições contidas nas disposições legais vigentes, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 171, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

3 – pelo retorno destes autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo para acompanhamento das contratações dela derivadas, nos termos regimentais;

4 – É a decisão.

5 – Publique-se, nos termos do art. 50, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, § 2º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

Campo Grande/MS., 12 de abril de 2016.

Cons. Iran Coelho das Neves
Relator